



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009183-41.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações**
Requerente: **ANTONINA CERMINARO FRUCTUOSO**
Requerido: **PAULO ROSSI DA SILVA JUNIOR**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido imóvel que especificou junto à CDHU, mas por não conseguir arcar com as prestações pertinentes o cedeu a terceira pessoa que assumiu a obrigação de transferi-lo, bem como a dívida respectiva, para o seu nome.

Alegou ainda que em sucessivas transações o imóvel chegou ao réu sem que houvesse as transferências mencionadas.

Almeja à sua condenação a tanto.

O réu em contestação não refutou a obrigação que lhe foi imputada e tampouco o fato de que o imóvel em apreço lhe foi cedido.

Limitou-se a invocar sua condição de desempregado para justificar a falta da quitação da dívida, o que à evidência não exime sua responsabilidade.

Bem por isso, e à míngua de elementos consistentes que figurassem como obstáculo à postulação da autora, o acolhimento desta é medida que se impõe.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu ao cumprimento da obrigação de fazer consistente em, no prazo máximo de trinta dias, tomar as medidas necessárias para a transferência do imóvel tratado nos autos ao seu nome, a exemplo da dívida pendente de pagamento em relação ao mesmo, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de 10.000,00 (dez mil reais).

Transitada em julgado, intime-se o réu pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**